

O novo mundo

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

As entrevistas realizadas pelo *Jornal Nacional*, o noticiário de maior audiência na televisão brasileira, deram aos brasileiros a oportunidade de decidir em quem votar no primeiro turno para presidência da República. Os dois mais cotados, segundo as pesquisas de opinião, mostraram uma coincidência peculiar: nenhum deles apresentou nada parecido com programa de governo ou plano de metas. O único que se preocupou em revelar rumos de sua eventual administração foi Ciro Gomes. Mas ele constitui uma terceira força, longe de ameaçar os rivais, de acordo com os levantamentos realizados por institutos especializados. Simone Tebet é uma boa opção, que, no entanto, estaciona em 2% de apoio dos eleitores.

A dicotomia está colocada diante do eleitor brasileiro. Um está no poder há quase quatro anos, não cumpriu nada do que prometeu, ameaça dar golpe de Estado, agride os Poderes da República, ataca ministros do Supremo Tribunal Federal, abusa de palavras e piadas de mau gosto. O outro nunca explicou o que ocorreu de fato diante das reiteradas denúncias de corrupção. Elas se verificaram verdadeiras no assalto continuado à Petrobras, que reduziu sua produção e se tornou uma das empresas mais endividadadas do mundo. É difícil decidir entre os dois. Trata-se de uma espécie de escolha de Sofia na política brasileira.

O mundo mudou muito nos últimos tempos. A Argentina, que já foi país desenvolvido, hoje se debate numa crise recorrente. Experimenta inflação elevada. Não possui reservas em moeda forte, seu comércio exterior é deficitário, sua indústria estacionou no tempo e as políticas populistas tentam distribuir a riqueza que não existe mais. A crise política é apenas uma face do profundo desacerto dos números da economia do país vizinho. País que possui alto nível de escolaridade, detentor de cinco prêmios Nobel, não consegue sair do labirinto em que se colocou. Tudo começou com o peronismo e quando se colocou ao lado do nazismo na Segunda Guerra.

O Chile é a novidade nessa lista. Trata-se do país com a maior renda per capita da América do Sul (US\$ 23.165), país organizado, economia armadada, mas com a população profundamente machucada pela longa ditadura de Augusto Pinochet, que não hesitou em torturar, exilar e matar. A Constituinte tenta recosturar as forças políticas dentro da sociedade. Sem êxito aparente. O novo texto constitucional corre o risco de não ser aprovado pela população, que, entre outras

novidades, extingue o Senado. O presidente de esquerda, Gabriel Boric, vive momento de baixa popularidade. O país mais organizado do continente navega na direção de vários impasses.

A Colômbia foi, tradicionalmente, um país muito próximo dos Estados Unidos. Sempre elegeu presidentes conservadores. Agora, foi para a esquerda com o ex-guerrilheiro na Presidência da República, Gustavo Petro. Ele colocou outro guerrilheiro no comando do seu organismo de informações. E renovou o comando do Exército que passou a ter como missão a tarefa proteger fronteiras, a integridade territorial e promover a paz. A tentativa é acabar com a guerra interna. Falta pacificar os grupos remanescentes da guerrilha que dividiu o país durante mais de seis décadas. Mas o país continuará a ser o maior produtor de cocaína do mundo.

A Venezuela não mudou nada nos últimos tempos. Bolsonaro tentou copiar seu modelo de conceder privilégios para militares que, em contrapartida, garantem a Nicolás Maduro tranquilo exercício do poder. A aliança militar costurada com a Rússia tende a enfrentar dificuldades, uma vez que, na Ucrânia, o antigo e invencível

Exército Vermelho, demonstrou que não existe mais. E Cuba, que resiste ao embargo econômico norte-americano há mais de 60 anos, agora começa a caminhar no sentido de admitir capital estrangeiro em sua economia. A escassez generalizada falou mais alto. As últimas revoltas populares tiveram como resposta prisões em massa.

Esse é o cenário político e econômico nos vizinhos de continente. Novidades positivas são as descobertas de petróleo nas Guianas, numa área que, segundo os técnicos da Petrobras, pode alcançar até as costas do Amapá e se constituir segundo pré-sal. No mundo os desafios são pesados. A guerra da Ucrânia caminha para empobrecer a Rússia e colocar o país na órbita da China, o que terá por consequência aumentar o poder político de Pequim e alterar as relações entre as grandes potências. É isso que espera o próximo governante brasileiro, que, além de lidar com essas novidades, terá que encontrar meios e modos de recolocar o Brasil no caminho do crescimento econômico. O debate realizado pela Band, com a *Folha*, mostrou, no entanto, que há alguma chance para a terceira via. Mas planos, projetos ou metas, até agora, nada.

O drama da aprendizagem profissional no Brasil

» MARCELO GALLO
Superintendente de Administração, Finanças e Tecnologia do CIEE

Um dos grandes dramas da sociedade atual é a empregabilidade jovem. Essa situação é vista em diferentes nações, especialmente na Europa, em países como Espanha e Itália, e também na América Latina, em especial no Brasil. Onde, conforme dados do IBGE, no primeiro trimestre deste ano, o desemprego dos jovens entre 14 e 17 anos chegou a 36,4%, e aos 22,8% entre aqueles com 18 a 24 anos.

No caso do Brasil, temos várias causas que atuam em conjunto para os elevados índices de desemprego na faixa etária mais jovem, como a baixa escolaridade, falta de experiência, crescimento do PIB aquém do necessário para garantir a geração de emprego para as novas gerações, entre outras. Entretanto, há uma “vacina” que pode combater essa situação: a Aprendizagem Profissional, programa que permite a tão necessária experiência no mundo do trabalho ao mesmo tempo em que combate a triste chaga da evasão escolar no Brasil, pois enquanto for aprendiz, o jovem não pode abandonar o ensino regular.

Estabelecendo aqui um parêntese, especificamente sobre a evasão escolar, uma pesquisa da Fundação Roberto Marinho, apontou que São Paulo tem o “melhor” percentual de jovens com 19 anos que não concluíram o ensino médio, onde “apenas” 21,7% deles não chegaram ao último ano do ensino regular. O pior cenário está na Bahia, onde 57,1% dos jovens da mesma faixa etária não finalizaram os estudos. Uma tragédia nacional que custará muito caro às futuras gerações e ao País.

Em outra pesquisa, desta vez encomendada pelo Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e conduzida pelo professor Helio Zylberstajn, é possível conferir dados importantes a respeito da Aprendizagem Profissional e a situação dos jovens no mundo do trabalho. O levantamento aponta que 47,9% dos jovens entre 14 e 24 anos trabalham no mercado informal, contra uma média da população acima de 24 anos de 40,4%. Também mostra que os jovens são os mais desalentados, e representam 5% da população nessa condição, contra 2,3% nas faixas etárias superiores. São também os mais subocupados, com taxa de 10,5%, contra 6,6% dos mais velhos.

Mas nem tudo está perdido. A mesma pesquisa revelou que entre as empresas que contratam aprendizes, 39,9% delas citaram como muito importante a redução de custos em programas de treinamento e recrutamento. Também foi mencionada a responsabilidade social por 36,2% das organizações. Os benefícios são também fiscais, pois, conforme dados do estudo elaborado pela FIPE, enquanto um funcionário CLT tem 76,9% de encargos e contribuições sobre o salário, o aprendiz representa apenas 55,7%.

Para a economia nacional, em 2017, a massa salarial recebida pelos aprendizes gerou um impacto no PIB de aproximadamente R\$ 8 bilhões, pois os jovens deixam de ser meros espectadores do mercado consumidor, para serem participantes. Muitos, inclusive, auxiliando nas despesas da família. Outro destaque positivo demonstra que para aproximadamente 90% das companhias, o jovem aprendiz é importante, muito importante ou essencial para os resultados alcançados pela organização, sendo que 41% das empresas responderam que a possibilidade de efetivação ao final do contrato era alta ou muito alta.

Um ponto de atenção que consta do material da FIPE, mostra que a cota obrigatória de 5% estava em apenas 2%. Há, portanto, uma janela de oportunidade para os jovens brasileiros, pois as vagas para aprendizes podem dobrar nos próximos anos, desde que tenhamos um marco regulatório claro, sem sobressaltos produzidos por medidas provisórias intempestivas ou normas infralegais que mudam a todo momento.

Nesta toada, é necessário destacar que encontra-se em análise pela deputada federal Celina Leão, relatora da Medida Provisória 1116, mais uma medida com tais características. A MP 1116 está prevista para ser votada nos próximos dias, e propõe uma série de mudanças na CLT e na Lei da Aprendizagem, que trarão retrocesso significativo para os aprendizes, como a suspensão de prazo para que as empresas cumpram suas cotas de contratação de aprendizes; contratos de até quatro anos para aprendizagem, dificultando o acesso de outros jovens e criando um programa extremamente longo, praticamente o tempo de uma faculdade.

Instaura a precarização do trabalho através da Lei da Aprendizagem e a competição desleal com aqueles que cursam apenas o ensino médio, exatamente a população com maior dificuldade de acessar o mundo do trabalho, especialmente das periferias das grandes cidades e dos municípios do interior. Entre outras mazelas que constam no texto da medida provisória e que já foram duramente criticadas por auditores fiscais do trabalho e pela Coordenação Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), do Ministério Público do Trabalho.

Esperamos que a relatora, deputada Celina Leão, tenha amplo conhecimento das supracitadas mazelas, e reflita a respeito dos retrocessos impostos pela MP 1116 aos jovens, especialmente aos mais vulneráveis. Por fim, entendemos que os artigos relacionados à aprendizagem devem ser remetidos para estudo da Comissão Especial da Câmara, presidida pelo deputado Felipe Rigoni e com relatoria do deputado Marco Bertaiolli, que trata sobre o Estatuto do Aprendiz, através do PL 6461/19. Espaço onde a aprendizagem vem sendo amplamente debatida de forma séria, e com os mais diferentes atores da sociedade.



Barrados no baile

» RENATHO MELO
Diretor-Executivo do Instituto Nacional de Orçamento Público (Inop)

Foi dada a largada oficial da corrida para as eleições deste ano. Até o momento, passado o primeiro semestre de 2022, quase todas as emendas individuais e coletivas constitucionalmente impositivas já foram executadas. Quando o recorte são as emendas do relator, também conhecidas por orçamento secreto, o empenho já ultrapassa os R\$ 8 bilhões.

Não há, a princípio, nenhum impeditivo para a destinação desses recursos. Porém, há regras específicas que poderão levar os esforços feitos pelos parlamentares por água abaixo quando da celebração dos convênios. Um estudo elaborado pelo Instituto Nacional de Orçamento Público (Inop) identificou que, dos 4.886 municípios brasileiros com até 50 mil habitantes, 33,5% estão inadimplentes com a certidão previdenciária.

Para ilustrar também casos com cidades maiores, acima de 50 mil habitantes, salta aos olhos o fato de que no Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Rio Grande do Norte, Roraima e Tocantins, nenhuma cidade, na presente data, está apta para celebração de instrumento de repasse de recursos com a União.

No estado de São Paulo, onde há 123 municípios com mais de 50 mil habitantes, 94 têm pelo menos um impedimento para recebimento de repasse de transferências voluntárias do governo central. No baile das emendas deste ano, apesar do convite, muitos já estão barrados na porta. Em um Brasil repleto de carências em suas políticas públicas, o custo de oportunidade com o desperdício dessas indicações que

nunca passarão de gestos políticos é muito alto e torna imperativo o debate sobre a qualidade das indicações parlamentares. Não basta a demonstração de pulverização nacional nas indicações do Congresso, é urgente que se levante dados de avaliação da qualidade da entrega desses recursos que andam pelas casas dos bilhões.

Apesar de a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano garantir que cidades com até 50 mil habitantes celebrem convênios mesmo inadimplentes no Cauç, uma espécie de SPC/Serasa dos municípios, existem ressalvas constitucionais: adimplência com a previdência social, regularidade no pagamento de precatórios judiciais e a adequação dos índices das despesas com pessoal, ressalvadas ações nas áreas de educação, saúde e assistência social. Dos R\$ 16,5 bilhões das emendas do relator-geral do Orçamento, 40%, necessariamente, só sairão definitivamente do papel e vão se tornar asfalto, praça, parques e equipamentos, se os entes beneficiados estiverem aptos para celebração dos instrumentos de repasse oriundos destes recursos.

Por não possuírem caráter constitucional impositivo, a exemplo das emendas individuais, as emendas de relator geral seguem caminho normativo comum, assemelhado com outras transferências voluntárias da União onde se exige maior cumprimento de requisitos para sua efetivação. Alguns poderão, ainda neste ano, alcançar a situação de regularidade e, assim, garantir os repasses. Outros tantos entrarão na fila do judiciário no final do ano na tentativa de celebrar

os instrumentos por determinação judicial, porém, dificilmente será revertida a realidade de que recursos serão perdidos.

Em última análise, é importante destacar a sabedoria da Constituição Federal em exigir tais regularidades, uma espécie de controle prévio, uma contrapartida objetiva de avaliação meritória das gestões subnacionais e seus compromissos com a saúde fiscal das contas públicas. Por vezes, gestores recém-eleitos recebem de herança a máquina pública com graves problemas de regularidade no CNPJ da administração. Nesses casos, há que trabalhar com afinco na busca das soluções. No caso do relacionamento com o governo central, negligenciar a solução dos problemas implica necessariamente perder oportunidades de participação na fatia cada vez maior de recursos geridos pelos congressistas.

Não é segredo para ninguém que a preferência política orçamentária do Congresso Nacional se materializa nas indicações a cidades, dado que a experiência parlamentar é, na maioria das vezes, norteada por atividades de relacionamento com municípios, onde naturalmente moram os eleitores. É comum em Brasília a expressão de que “ninguém mora no estado ou na União”. No baile das transferências voluntárias da União, a responsabilidade com a gestão previdenciária, o compromisso com a coisa julgada e bom equilíbrio da folha de pagamento dos servidores públicos são os requisitos mínimos para obtenção do ingresso e o respeito ao dinheiro cidadão contribuinte é a dança. Quem vai entrar?